



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

NOTA
ESTRATÉGICA

28

NOVEMBRO 2017

Desafios e Boas práticas para Implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança

Renata Avelar Giannini e Maiara Folly



Casa da ONU, Brasília. Crédito: Renata Avelar, Instituto Igarapé



Índice

Introdução	1
1. O Contexto Internacional e a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança.....	4
2. Desafios e boas práticas para implementação da agenda MPS no Cone Sul.....	5
3. A incorporação de uma perspectiva de gênero no processo de consolidação da paz na Colômbia	7
4. Estratégias de articulação e coordenação na implementação da agenda MPS.....	8
5. A securitização e o isolamento da agenda MPS	10
Conclusões	12

Desafios e Boas práticas para Implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança

Renata Avelar Giannini e Maiara Folly

Introdução

Apesar da centralidade da agenda sobre mulheres, paz e segurança (MPS) ser amplamente reconhecida pela comunidade internacional, persistem inúmeros desafios para a sua efetiva implementação. Para avançar nesse aspecto, uma das principais estratégias adotadas por diversos países tem sido a elaboração de Planos Nacionais de Ação (PNAs): ao menos 63 países lançaram seus planos nos últimos 15 anos. No entanto, apesar de o lançamento de PNAs ter contribuído sobremaneira para difundir a importância da agenda, esses nem sempre são efetivamente implementados.

O Brasil, além de outros três países latino-americanos – Argentina, Chile e Paraguai -, lançou um PNA como forma de definir a sua estratégia para implementar a agenda MPS. Embora o contexto latino-americano seja repleto de desafios sobre MPS de ordem doméstica, os PNAs da região, de modo geral, dão ênfase às políticas externa e de defesa desses países. Ao mesmo tempo, é reduzida a participação da sociedade civil desses países na implementação desta agenda.

Neste contexto, o Seminário “Desafio e Boas práticas para Implementação da Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança” buscou identificar os principais obstáculos para o avanço da agenda, especialmente na América Latina. Teve também como objetivo incentivar o intercâmbio regional de boas práticas, considerando que os países apresentam avanços heterogêneos e podem compartilhar as lições aprendidas. Ao mesmo tempo, focou-se no caso específico da Colômbia, único país da região com reconhecido conflito armado interno, que apresentou inovações sem precedentes no que tange à participação de mulheres e à incorporação de uma abordagem de gênero ao Acordo de Paz entre as

Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e o governo colombiano. O evento, organizado pelo Instituto Igarapé em parceria com a ONU Mulheres Brasil, aconteceu nos dias 28 e 29 de março de 2017, na Casa da ONU, em Brasília.

Na ocasião, estiveram presentes membros da sociedade civil brasileira, incluindo a academia, além de especialistas internacionais e representantes governamentais de cerca de nove países (Argentina, Brasil, Bélgica, Canadá, Chile, Noruega, Reino Unido, Suécia e Uruguai), além da presença de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas e a União Europeia.



Abertura do evento. Crédito: Renata Avelar, Instituto Igarapé

As principais conclusões do Seminário foram:

- Existe um contexto internacional marcado pela disseminação do extremismo violento e pelo ressurgimento do conservadorismo em países-chave do sistema internacional. Ambos trazem desafios extras para a implementação da agenda MPS. Esses desafios são tanto de ordem normativa – dada a dificuldade de atender às demandas específicas de gênero em uma ordem internacional em constante mudança - como orçamentária, com a redução de orçamentos relacionados a atividades para a paz e a segurança internacionais, e em especial para essa agenda.
- Países como Argentina e Chile são pioneiros na implementação dessa agenda na região e acumulam bastante experiência nessa área. Na Argentina, o PNA – lançado somente em 2015 – plasmou avanços acumulados desde 2006, quando foi elaborada uma estratégia de defesa para a implementação da agenda MPS. Já no Chile, o contexto nacional foi favorável para a elaboração do primeiro e segundo PNA, com a presença de Michele Bachelet como Presidente do país

em ambas as ocasiões. Nos dois casos, foram alcançados importantes avanços no âmbito da defesa, como a plena integração de mulheres nas forças armadas.

- No Brasil, o contexto de crise política e econômica impactou o lançamento do PNA. Ao mesmo tempo, privilegiou-se o consenso para que o PNA fosse lançado, o que acabou tornando as metas brasileiras menos ambiciosas. O PNA brasileiro servirá para disseminar a importância da agenda e para impulsionar a sua implementação. Se comparado aos outros países da região, o contexto nacional é marcado mais por desafios do que por conquistas.
- O contexto político doméstico brasileiro levou a importantes perdas do ponto de vista da igualdade de gênero. É importante atentar para que o PNA não seja um instrumento de propaganda, mas de ação em prol da implementação dessa agenda no Brasil.
- O caso colombiano traz importantes lições tanto sobre a participação de mulheres em um processo de paz – seja através de vias formais, ou também informais –, como sobre a incorporação de uma perspectiva de gênero de maneira transversal. A ambiguidade do texto do Acordo de Paz nas passagens referentes a gênero abriu a possibilidade para que grupos conservadores disseminassem informações errôneas a respeito dessa perspectiva, o que levou a importantes perdas no que tange aos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais (LGBTI) no texto final do acordo. Ao mesmo tempo, embora a participação de mulheres durante o processo de paz tenha sido alta, permanecem inúmeros desafios para que mulheres continuem envolvidas com a implementação do Acordo.
- A agenda MPS abre a possibilidade de colaboração entre a sociedade civil e o governo no processo de implementação. Além de exercer o tradicional papel de pressão para que políticas públicas nessa área continuem sendo implementadas, a sociedade civil pode também desempenhar a importante função de parceira na implementação. A atuação em forma de rede é positiva tanto para a atuação no âmbito interno, como para exercer influência no âmbito da sede da ONU, quando resoluções e debates sobre esse tema são discutidos.
- Discussões sobre novas masculinidades e engajamento com homens devem fazer parte das estratégias de prevenção da violência baseada em gênero.

Para organizar e detalhar as conclusões acima e deixar registrado os debates do Seminário em Brasília, esta Nota Estratégica está dividida em cinco partes: (1) o contexto internacional e a agenda MPS; (2) desafios e boas práticas para implementação da agenda MPS; (3) a incorporação de uma perspectiva de gênero no processo de consolidação da paz na Colômbia; (4) estratégias de articulação e coordenação na implementação da agenda MPS; e (5) a securitização e o isolamento da agenda MPS.

1. O Contexto Internacional e a Agenda sobre Mulheres, Paz e Segurança



Palestra inaugural. Crédito: Renata Avelar, Instituto Igarapé

O contexto internacional atual apresenta uma série de desafios. O mundo enfrenta uma das piores crises humanitárias desde a Segunda Guerra Mundial, com mais de 65 milhões de deslocados e cerca de 20 milhões de refugiados ao redor do mundo. Em paralelo, observa-se a ascensão global do populismo e do isolacionismo e também a propagação do terrorismo e do extremismo violento. A chegada ao poder do novo governo nos Estados Unidos impactará diretamente as ações internacionais no âmbito da paz e da segurança, com um redirecionamento de recursos, prioridades e ações.

Diante disso, a ONU, principal mecanismo multilateral para manutenção da paz, enfrenta uma série de dificuldades. Esses desafios não apenas ameaçam princípios basilares da Organização – soberania, direitos humanos, democracia participativa e justiça – mas também põem em risco o seu funcionamento como um todo. É nesse momento, de grande incerteza internacional e de crescente descrédito no multilateralismo como forma de resolução de conflitos, que se torna imperativo avançar a agenda sobre mulheres, paz e segurança (MPS).

Apesar do cenário pouco favorável, a prioridade dada pelo novo Secretário Geral da ONU à prevenção de conflitos oferece uma importante janela de oportunidade. Para que essa estratégia seja bem-sucedida, é fundamental que sejam direcionados esforços para

promoção da igualdade de gênero e para a inclusão de mulheres em processos de paz. Estudos apontam que, quando mulheres participam, as chances de sucesso de acordos de paz aumentam em 35%. Elas também são mais propensas a defender a adoção de uma perspectiva de gênero em negociações, chamando atenção para as necessidades específicas de mulheres e meninas afetadas por conflitos.

Ainda assim, os avanços em direção à inclusão de mulheres têm sido modestos. Em operações de manutenção da paz, elas representam apenas 3% dos militares e policiais em atuação. Em missões políticas, os negociadores chefe continuam a ser predominantemente homens, bem como a chefia dos principais departamentos das Nações Unidas. Permanece forte a tendência de associação das mulheres como meras vítimas de conflitos e à imagem de mãe, esposa e filha, e não de agentes da paz.

Por outro lado, são inúmeras as iniciativas com potencial de acelerar o avanço global da agenda MPS. Merece destaque a adoção, em diversas partes do mundo, de Planos Regionais de Ação (RAPs, na sigla em inglês) com o objetivo de implementar a Resolução 1325 do Conselho de Segurança. Na África Ocidental, o RAP adotado pela Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) tem promovido de maneira eficiente a maior participação de mulheres na política, inclusive por meio da criação de mecanismos de inclusão em órgãos e comissões eleitorais.

Outra maneira de fortalecer a agenda MPS, sobretudo o seu pilar voltado à prevenção da violência baseada em gênero, pode se dar através do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Merecem destaque os Objetivos 5 e 16, voltados, respectivamente, à igualdade de gênero e ao empoderamento de mulheres e meninas e à redução da violência e acesso à justiça. Nesse sentido, é fundamental explorar as interseções entre essas duas importantes agendas da ONU (MPS e Desenvolvimento Sustentável), para que sejam utilizadas como ferramentas complementares em prol da igualdade de gênero.

Por fim, é de extrema importância que seja garantida a alocação de recursos financeiros voltados à implementação da agenda MPS, sobretudo em um contexto no qual a ONU sofre forte ameaça de redução orçamentária. Um passo importante nessa direção seria a criação de um Fundo Global para Mulheres, Paz e Segurança, conforme recomendado por um grupo de trabalho composto por agências da ONU e por representantes de governos e da sociedade civil tanto de países doadores como de países afetados por conflito.

2. Desafios e boas práticas para implementação da agenda MPS no Cone Sul



Painel 1: Desafios e boas práticas para implementação da agenda MPS no Cone Sul. Crédito: Maiara Folly, Instituto Igarapé

Desde a aprovação da Resolução 1325, inúmeros foram os avanços em prol do reconhecimento da importância da agenda MPS. No entanto, persistem diversos desafios, particularmente no que tange ao financiamento, priorização de ações, coordenação interinstitucional e acompanhamento do progresso. Apesar disso, os países do Cone Sul apresentaram sólidos avanços em direção à disseminação dessa agenda na região. Participantes da Argentina, Brasil e Chile destacaram importantes desafios e boas práticas para avançar a implementação no âmbito regional.

Na América Latina, o Chile foi o primeiro país a lançar um plano de ação em 2009. O contexto político nesse país favoreceu que a decisão e o consenso político fossem alcançados, no entanto, persistem desafios para a implementação do Plano. Entre os principais deles está o entendimento de que essa agenda é também importante em tempos de paz, em especial na América Latina. Além disso, citou-se também o baixo envolvimento da sociedade civil, o isolamento dessa agenda e a burocracia. Entre os avanços estão a elaboração de um segundo PNA, lançado em 2015, e progressos na incorporação de mulheres nas forças armadas, além da designação de pontos focais de gênero em todos os ministérios chilenos.

O Chile tem sido bastante vocal na tentativa de incorporar uma perspectiva de gênero não apenas em suas relações bilaterais, mas também em instâncias multilaterais e,

sobretudo, em órgãos regionais, incluindo a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Na Argentina, o PNA, lançado em 2015, consolidou em um documento uma série de iniciativas que distintos órgãos já vinham implementando individualmente em prol da igualdade de gênero no âmbito da paz e da segurança internacional. Além disso, o PNA argentino é o único na região que conta com a participação de diversos ministérios dedicados à formulação de políticas de cunho doméstico, como o Ministério do Trabalho, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação. Por consequência, o Plano argentino chega a abordar questões relacionadas à inserção de mulheres no mercado de trabalho formal, à importância de programas educativos para prevenção de conflitos e medidas voltadas à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e ao combate de violência sexual em situações de conflitos.

No âmbito das relações exteriores, defesa e segurança, a Argentina também apresentou importantes avanços. Entre eles destacam-se a abertura total das forças armadas para mulheres e o consequente aumento da sua participação em operações de paz, bem como a implementação de planos de igualdade de oportunidades no âmbito de algumas instituições, como o Ministério das Relações Exteriores.

No caso do Brasil, o processo de elaboração do seu recém lançamento PNA foi fundamental para despertar atenção para a importância da agenda MPS em ministérios-chave, como o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério da Defesa, o Ministério dos Direitos Humanos e o Ministério da Justiça e Segurança Pública. Em razão do atual contexto político do país, optou-se pela regra do consenso, de forma que as atividades e ações previstas no plano brasileiro focam em ações que sejam viáveis.

Destacou-se que, em razão do contexto marcado pela recessão econômica, o PNA do Brasil dependerá da transversalização de gênero nas políticas orçamentárias dos órgãos de governo envolvidos na elaboração do Plano. Também dependerá, portanto, da vontade política dos órgãos responsáveis de dar prioridade ao tema, sendo esse o principal desafio para a implementação da agenda no país. O foco do PNA brasileiro está no empoderamento de mulheres e meninas e na transversalização de gênero nas políticas e ações do país voltadas para a paz e segurança internacionais. O plano também buscará aumentar a participação de mulheres como agentes da paz.

Os participantes destacaram a notada ausência de ações relacionadas ao monitoramento e avaliação do PNA brasileiro, e de alocação orçamentária para a implementação do Plano. Além disso, falou-se sobre a necessidade de que os Planos da região abordem aspectos relacionados à violência urbana que afetam os países latino-americanos. Também foi debatida a necessidade de reconhecer mulheres como agentes provedores da paz e, por consequência, a sua inclusão nos processos de tomada de decisão em questões relacionadas à paz e à segurança internacional.

3. A incorporação de uma perspectiva de gênero no processo de consolidação da paz na Colômbia



Painel 2: A incorporação de uma perspectiva de gênero no processo de consolidação da paz na Colômbia.
Crédito: Renata Avelar, Instituto Igarapé

O processo de paz colombiano ilustra alguns dos principais desafios para a implementação da agenda MPS. Ao mesmo tempo, a despeito de não possuir um PNA, a Colômbia inovou bastante e acumulou diversas lições aprendidas no que tange à participação de mulheres e incorporação de uma perspectiva de gênero no processo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Assim, a experiência da Colômbia mostra-se bastante relevante para a reflexão sobre a implementação do PNA no Brasil.

O painel destacou, em especial, a influência do movimento de mulheres, que atua há pelo menos três décadas tanto na promoção de sua própria participação e inclusão de uma perspectiva de gênero, como para o fim do conflito através de uma saída negociada e não militar. Além de realçar a trajetória do movimento de mulheres, as participantes ressaltaram algumas estratégias de mobilização e atuação, bem como o impacto que tiveram no processo de paz da Colômbia.

Há diversos aspectos considerados inovadores do caso colombiano, a começar pela criação da subcomissão de gênero, demanda específica do movimento de mulheres,

que foi instaurada pela primeira vez na história durante um processo de paz. Além de favorecer a transversalização de gênero e a própria participação da sociedade civil, a subcomissão também contribuiu para a inclusão de diversidades identitárias, como aquelas relacionadas aos grupos LGBTI. O reconhecimento das necessidades específicas e do impacto diferenciado do conflito na vida das mulheres e meninas também foi incluído no texto do Acordo.

Além disso, as participantes identificaram os temas mais discutidos durante as negociações que faziam referência à igualdade de gênero. Entre eles destacam-se a reparação das vítimas, inclusive de mulheres vítimas de violência psicológica e sexual; o direito ao acesso e propriedade de terra, incluindo por mulheres parte do conflito armado; além de questões relacionadas à participação política no período pós-conflito.

Uma importante lição extraída a partir de um insucesso do caso colombiano – a vitória do NÃO no plebiscito – é a necessidade de evitar ambiguidades. Naquela ocasião, grupos conservadores mobilizaram a chamada “ideologia de gênero” para deturpar aspectos relacionados à perspectiva de gênero. Por conta disso, houve perdas relacionadas aos direitos LGBTI, como a remoção das menções às expressões “diversidade sexual”, “identidade, enfoque e perspectiva de gênero”, entre outros.

Apesar disso, as negociações entre o governo colombiano e as FARC passaram a servir de referência mundial em termos de participação das mulheres em processos de paz. As próprias FARC contam com uma importante participação de mulheres guerrilheiras (44%), o que ajuda a explicar a necessidade de que incluir no processo não apenas mais mulheres como também uma perspectiva transversal de gênero. Ainda assim, a insistência e a mobilização do movimento de mulheres foram apontadas como os principais fatores que explicam tanto a inclusão da perspectiva de gênero como da participação de mulheres no processo.

A experiência na Colômbia, além de render importantes boas práticas, tem potencial, inclusive, para fortalecer a criação de um marco regional voltado à implementação da agenda MPS na América do Sul. Para isso, sugeriu-se fomentar a institucionalização de iniciativas já existentes, como cursos e linhas de pesquisas sobre MPS no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) da Unasul e da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

Para o Brasil, especificamente, há algumas oportunidades para o intercâmbio de boas práticas que poderiam contribuir para o avançar da agenda MPS. Entre as possibilidades de cooperação destacam-se: (1) a troca de experiência quanto à integração de mulheres em atividades de mediação e em unidades policiais; (2) o combate à violência doméstica e sexual, inclusive através da criação de mecanismos para proteção de vítimas; e (3) o fomento ao intercâmbio entre organizações de mulheres e institutos de pesquisa que lidam com a temática de gênero.

Iniciativas bilaterais já existentes, como a cooperação técnica para criação de Bancos de Leite Materno em regiões vulneráveis, também poderiam ser expandidas. Assim, a implementação da agenda MPS seria fortalecida não apenas no âmbito dos dois países (Brasil e Colômbia), como na região como um todo.

4. Estratégias de articulação e coordenação na implementação da agenda MPS



Painel 3: Estratégias de articulação e coordenação na implementação da agenda MPS. Crédito: Renata Avelar, Instituto Igarapé

A implementação da agenda MPS envolve estruturas governamentais variadas e atores não-governamentais relevantes, como a academia e a sociedade civil. Apesar disso, permanecem desafios de coordenação entre as agências governamentais e a efetiva inclusão da sociedade civil. Os processos de formulação, implementação e monitoramento de PNAs podem gerar importantes mecanismos voltados à superação de tais desafios.

Os participantes focaram nas distintas formas de participação da sociedade civil na implementação da agenda MPS, destacando que, além de colaborar com o monitoramento e a continuação de políticas públicas na área, podem também contribuir para que a agenda seja melhor integrada aos desafios de ordem doméstica e, assim, seja de fato implementada. Destacou-se também os distintos impactos que organizações do Sul Global e de países em desenvolvimento podem exercer nessa agenda.

Inicialmente, focou-se nos pré-requisitos para que PNAs possuam um alto impacto: (1) Vontade política em setores de alto e médio escalão do governo para implementar a agenda; (2) Inclusão e coordenação entre governo e sociedade civil; (3) Alocação transparente de recursos; (4) Criação de plano de monitoramento e avaliação.

Organizações da sociedade civil, por sua vez, desempenham um papel fundamental para garantir que esses pré-requisitos sejam alcançados. Os PNAs de maior impacto são aqueles que contam com a participação de entidades não governamentais. Essas garantem que demandas da sociedade sejam incorporadas ao Plano e, assim, contribuam sobremaneira para a sua divulgação e implementação. Além disso, dão apoio a atores governamentais com vontade política de avançar a agenda MPS e desenvolvem mecanismos inovadores de avaliação e monitoramento de impacto.

No Canadá, por exemplo, foi criada uma rede (*Women, Peace and Security Network – Canada*), composta por organizações da sociedade civil, academia e indivíduos independentes, e voltada ao monitoramento da implementação do PNA canadense. A Rede produz e difunde informação sobre a agenda MPS, organiza campanhas de *advocacy* e incentiva o diálogo entre a sociedade civil e diferentes órgãos de governo, incluindo as Forças Armadas.

Uma estratégia bastante utilizada pela Rede é a preparação e a difusão de “relatórios sombra” (*shadow reports*). Esses são produzidos com base em uma avaliação do conteúdo do PNA e dos avanços e/ou retrocessos na sua implementação. Tais relatórios também incorporam sugestões sólidas de aspectos que deveriam ser aprimorados no Plano e propõem medidas realistas para a sua implementação. No contexto canadense, os relatórios sombra têm servido de base para campanhas de sensibilização e têm sido capazes de promover mudanças positivas por parte do governo canadense, inclusive no que diz respeito à interação com a sociedade civil.

No contexto de países em desenvolvimento, ainda são baixas a experiência de atuação em redes e a capacidade de influenciar agendas globais. Isso dificulta, por exemplo, que o trabalho de organizações do Sul seja levado às altas esferas de tomada de decisão, sobretudo quando se trata de uma agenda oriunda de um órgão tradicionalmente insulado, como o Conselho de Segurança da ONU. Por isso, é importante que seja fomentada a troca de experiência entre organizações do Sul e entidades de países que possuem capacidade de influenciar e implementar a agenda MPS, em especial no âmbito de órgãos multilaterais.

5. A securitização e o isolamento da agenda MPS



Painel 4: A securitização e o isolamento da agenda MPS. Crédito: Renata Avelar, Instituto Igarapé

A agenda MPS é por vezes tratada em espaços separados daqueles voltados à igualdade de gênero. O tratamento diferenciado, no entanto, dificulta o diálogo entre os atores relevantes e aumenta a brecha entre a política internacional e a doméstica. A crescente securitização dessa agenda também tem um impacto negativo sobre a efetiva participação da sociedade civil.

Três aspectos principais foram levantados acerca deste tema: 1) a interseção entre a agenda MPS e outras agendas relacionadas à igualdade de gênero; 2) a disparidade entre a política doméstica e um PNA voltado para a política exterior; e 3) a necessidade de discutir masculinidades para prevenir a violência contra mulheres.

Em diversos países, como a África do Sul e a Índia, há uma clara separação entre suas questões domésticas relacionadas à igualdade de gênero e o que a agenda MPS prevê para a igualdade de gênero em países em conflito. Ou seja, embora esses países enfrentem enormes desafios com relação à violência contra a mulher e o femicídio, eles não as consideram como questões integradas à agenda MPS. Por essa razão, destacou-se a necessidade de relacioná-la a outras agendas, a exemplo dos objetivos do desenvolvimento sustentável e da Comissão para Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulheres (CEDAW, na sigla em inglês).

Segundo argumentaram os participantes, a Resolução 1325 foca em países afetados por conflito, o que incentiva aqueles que não têm conflito reconhecido em seu território a elaborar

PNAs voltados apenas para suas ações internacionais. Apesar disso, tanto os objetivos do desenvolvimento sustentável, em especial o 5 e o 16, como a CEDAW oferecem uma boa base para monitorar diversos aspectos da agenda MPS. A Resolução 30 da CEDAW, inclusive, requer que os Estados reportem os avanços na agenda MPS.

Outro ponto ressaltado foi a necessidade de inclusão de organizações da sociedade civil, sobretudo de mulheres, em atividades e processos decisórios na área de paz e segurança internacional, para que uma abordagem integrada entre a agenda MPS e as demais agendas fosse alcançada. A garantia de representatividade não apenas segue o princípio da igualdade, como também atende a um objetivo pragmático: a agenda MPS não impactará a realidade de mulheres e meninas em situações de conflito se as próprias mulheres não estiverem representadas.

No Brasil, em um contexto no qual os quadros mais altos do governo são ocupados majoritariamente por homens, o movimento feminista é o que mais se fortalece e impulsiona o avanço de pautas voltadas à garantia de direitos humanos. As participantes destacaram, então, a importância de incentivar o engajamento desses movimentos com a agenda MPS.

Ainda sobre a relação entre política externa e política doméstica, destacou-se que, para que o Brasil seja visto como ator comprometido com a igualdade de gênero no âmbito das ações de sua política externa, é fundamental que esse também seja um compromisso em suas esferas decisórias domésticas. Isso se aplica de igual maneira a organizações como a ONU, que têm a igualdade de gênero como uma das principais bandeiras, mas deixa a desejar na promoção do princípio dentro da própria instituição.

Para combater a distância entre a agenda MPS e os órgãos responsáveis por formulação de políticas públicas no âmbito nacional, foi sugerido que se dê maior ênfase em suas interseções com agendas tradicionalmente domésticas. Pode-se, por exemplo, explorar a relação entre a agenda MPS e assuntos relacionados à violência doméstica, acesso à justiça, educação e saúde por mulheres e meninas. A produção de dados relacionados a esses temas e desagregados por gênero foi colocada como fundamental para facilitar o processo de monitoramento dos avanços domésticos e para legitimar ações de política externa voltadas à igualdade de gênero.

Os participantes destacaram também a necessidade de se discutir conceitualmente o que é um conflito e debater a situação do Brasil. Argumentou-se que há bastantes vínculos entre os níveis elevados de violência no Brasil e aqueles de zonas de conflitos, e que, portanto, o PNA não deveria se furtar ao tratamento de questões de ordem interna.

Outro importante ponto ressaltado pelos participantes refere-se às normas de masculinidades e as relações que existem entre essas construções e a violência. Por essa razão, destacou-se a necessidade de incentivar o engajamento de homens na agenda MPS. Ações voltadas à prevenção da violência contra mulheres e meninas deve necessariamente envolvê-los e discutir novas masculinidades. Além disso, atualmente, os homens ainda detêm o monopólio de certos espaços e são, portanto, importantes aliados em reivindicações voltadas à igualdade de

oportunidades, inclusive em esferas decisórias. Para que as mulheres não sejam vistas apenas como vítimas, mas como atores capazes de construir a paz, é preciso rever as expectativas relacionadas a como e por quem a força pode ser utilizada.

Conclusões

Há três inovações trazidas por esse Seminário que merecem destaque.

O evento reuniu de forma inédita e pioneira um elevado número de profissionais, acadêmicos e outros representantes da sociedade civil dedicados à agenda MPS, além de membros do governo responsáveis por sua implementação. A interação entre esses atores contribuiu para que visões mais críticas a respeito do processo de elaboração e lançamento do PNA brasileiro viessem à tona. Contribuiu também para trazer maior diversidade de vozes ao debate sobre a implementação dessa agenda no país. Ao fim do evento, constituiu-se uma rede da sociedade civil dedicada à implementação da agenda MPS no Brasil.

Em segundo lugar, o seminário propiciou o intercâmbio de experiências entre países do Cone Sul (Argentina, Brasil e Chile). A participação do Brasil em debates relacionados à agenda MPS ainda é recente e há importantes lições aprendidas na Argentina e no Chile que podem ser compartilhadas com o Brasil. Ao mesmo tempo, os desafios comuns à região são uma oportunidade para ação conjunta a partir de um contexto específico da América Latina e um novo marco para a agenda MPS.

Finalmente, o caso da Colômbia contribuiu para mostrar como se dá a implementação da agenda MPS na prática. Por vezes, a compreensão sobre os principais pressupostos dessa agenda é limitada e permanece mais no plano das ideias. A presença da sociedade civil colombiana, fortemente atuante no processo de paz, mostrou-se fundamental para colocar em evidência o papel de mulheres nesses processos e a necessidade de se incluir uma perspectiva de gênero transversal. O debate sobre o caso colombiano também contribuiu para reforçar a ideia de que a região pode e deve contribuir com a implementação acordo de paz.



Crédito: Instituto Igarapé

Outras publicações do Instituto Igarapé

ARTIGOS ESTRATÉGICOS

ARTIGO ESTRATÉGICO 28 - Salas de Consumo de Drogas: situando o debate no Brasil
Rafael Tobias de Freitas Alloni e Luiz Guilherme Mendes de Paiva
(Outubro 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 27 - Situações extraordinárias: a entrada de mulheres na linha de frente das Forças Armadas brasileiras
Renata Avelar Giannini, Maiara Folly e Mariana Fonseca Lima
(Agosto 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 26 - A percepção de crianças e adolescentes sobre a segurança e a violência: a aplicação do Índice de Segurança da Criança em uma escola
Renata Avelar Giannini, Maiara Folly, Monica de Cassia Nehrebeck e Willian Vinícius Silva
(Junho 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 25 - O Brasil e o Marco Civil da Internet. O Estado da Governança Digital Brasileira
Daniel Arnaudo
(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 24 - Confiança em desenvolvimento: o Brasil e os projetos de impacto rápido
Eduarda Hamann, Henrique Garbino e Maiara Folly
(Abril 2017)

ARTIGO ESTRATÉGICO 23 - Controlando el territorio y construyendo seguridad y justicia en el posconflicto colombiano. Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana
(Dezembro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 22 - Durões contra os fracos; fracos frente aos durões: as leis de drogas e a prática da ação policial
Juan Carlos Garzón Vergara
(Outubro 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 21 - Infância e Segurança: um estudo sobre a percepção da violência por crianças e adolescentes do Complexo do Muquiço, Rio de Janeiro
Renata A. Giannini, Maiara Folly, Victor Ladeira, Andressa Werneck e Renata Siqueira
(Julho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 20 - Making Cities Safer: Citizen Security Innovations from Latin America
Robert Muggah, Ilona Szabo de Carvalho, Nathalie Alvarado, Lina Marmolejo e Ruddy Wang
(Junho 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 19 - Construindo Planos Nacionais de Ação eficazes: coletânea de boas práticas
Renata A. Giannini
(Março 2016)

ARTIGO ESTRATÉGICO 18 - “When Kids Call the Shots” Children’s perceptions on violence in Recife, Brazil, as per the ‘Child Security Index’
Helen Moestue, Katherine Aguirre e Renata A. Giannini
(Dezembro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 17 - Where is Latin America? Reflections on Peace, Security, Justice and Governance in the Post-2015 Sustainable Development Agenda
Renata A. Giannini
(Outubro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 16 - Políticas de Drogas no Brasil: A Mudança já Começou
Ilona Szabó de Carvalho e Ana Paula Pellegrino
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 15 - Nuevos retos y nuevas concepciones de la seguridad en México
Edición especial de los Diálogos por la Seguridad Ciudadana
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 14 - A ‘Third Umpire’ for Policing in South Africa – Applying Body Cameras in the Western Cape
David Bruce e Sean Tait
(Março 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 13 - Brazil and Haiti: Reflections on 10 Years of Peacekeeping and the Future of Post-2016 Cooperation
Euarda Passarelli Hamann (org.)
(Janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 12 - Measurement Matters: Designing New Metrics for a Drug Policy that Works

Robert Muggah, Katherine Aguirre e Ilona Szabó de Carvalho
(Janeiro 2015)

ARTIGO ESTRATÉGICO 11 - Desconstruindo a segurança cibernética no Brasil: ameaças e respostas

Gustavo Diniz, Robert Muggah e Misha Glenny
(Dezembro de 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 10 - Expansão Digital: como as novas tecnologias podem prevenir a violência contra crianças nos países do hemisfério sul

Helen Mostue e Robert Muggah
(Novembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 9 - Promover Gênero e Consolidar a Paz: A Experiência Brasileira

Renata A. Giannini
(Setembro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 8 - Tornando as Cidades Brasileiras mais Seguras: Edição Especial dos Diálogos de Segurança Cidadã

Michele dos Ramos, Robert Muggah, José Luiz Ratton, Clarissa Galvão, Michelle Fernandez, Claudio Beato, Andréa Maria Silveira, Melina Ingrid Risso e Robson Rodrigues.
(Julho 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 7 - Changes in the Neighborhood: Reviewing Citizen Security Cooperation in Latin America

Robert Muggah e Ilona Szabó de Carvalho
(Março 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 6 - Prevenindo a violência na América Latina por meio de novas tecnologias

Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Janeiro 2014)

ARTIGO ESTRATÉGICO 5 - Protegendo as Fronteiras: o Brasil e sua estratégia "América do Sul como prioridade" contra o crime organizado transnacional

Robert Muggah e Gustavo Diniz
(Outubro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 4 - To Save Succeeding Generations: UN Security Council Reform and the Protection of Civilians
Conor Foley
(Agosto 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 3 - Momento Oportuno: Revisão da Capacidade Brasileira para Desdobrar Especialistas Civis em Missões Internacionais
Eduarda Passarelli Hamann
(Janeiro 2013)

ARTIGO ESTRATÉGICO 2 - A Fine Balance: Mapping Cyber (in)security in LatinAmerica
Gustavo Diniz e Robert Muggah
(Junho 2012)

ARTIGO ESTRATÉGICO 1 - Mecanismos Nacionais de Recrutamento, Preparo e Emprego de Especialistas Civis em Missões Internacionais
Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2012)

NOTAS ESTRATÉGICAS

NOTA ESTRATÉGICA 27 - À Margem do Perigo: preparo de civis brasileiros para atuação em países instáveis
Eduarda Passarelli Hamann
(Junho 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 26 - Haitian Women's Experiences of Recovery from Hurricane Matthew
Athena Kolbe, Marie Puccio, Sophonie M. Joseph, Robert Muggah e Alison Joersz
(Junho 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 25 - The Future of United Nations Peacekeeping Operations from a Brazilian Perspective (implementing the HIPPO report)
Eduarda Hamann and Adriana Erthal Abdenur
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 24 - Em Busca da Igualdade de Gênero: boas práticas para a implementação da agenda sobre mulheres, paz e segurança
Maiara Folly e Renata Avelar Giannini
(Março 2017)

NOTA ESTRATÉGICA 23 - Filling the accountability gap: principles and practices for implementing body cameras for law enforcement
Robert Muggah, Emile Badran, Bruno Siqueira e Justin Kosslyn
(Novembro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 22 - Latin American Dialogue on International Peace and Security
Reviewing the prospects for peace operations, peacebuilding and women, peace and security
(Maio 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 21 - Assessing Haiti's Electoral Legitimacy Crisis – Results of a 2016 Survey
Athena R. Kolbe e Robert Muggah
(Fevereiro 2016)

NOTA ESTRATÉGICA 20 - Impact of Perceived Electoral Fraud on Haitian Voter's Beliefs about Democracy
Athena R. Kolbe, Nicole I. Cesnales, Marie N. Puccio e Robert Muggah
(Novembro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 19 - A Força de uma Trajetória: O Brasil e as operações de paz da ONU (1948-2015)
Eduarda Passarelli Hamann
(Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 18 - Implementing UNSC Resolution 1325 in Brazil: surmounting challenges and promoting equality
Renata A. Giannini, Mariana Lima e Pérola Pereira (Outubro 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 17 - A Reforma do Conselho de Segurança da ONU: visão de mundo e narrativas do Brasil
Eduarda Passarelli Hamann
(Maio 2015)

NOTA ESTRATÉGICA 16 - Break Your Bones: mortality and morbidity associated with Haiti's Chikungunya epidemic
Athena R. Kolbe, Augusta Herman e Robert Muggah
(Julho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 15 - New Technologies for Improving Old Public Security Challenges in Nairobi
Mads Frilander, Jamie Lundine, David Kutalek e Luchetu Likaka
(Junho 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 14 - O Despertar da América Latina: uma revisão do novo debate sobre política de drogas
Ilona Szabó de Carvalho
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 13 - The Changing Face of Technology Use in Pacified Communities
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Fevereiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 12 - A Inserção de Civis Brasileiros no Sistema ONU: oportunidades e desafios
Renata Avelar Giannini
(Janeiro 2014)

NOTA ESTRATÉGICA 11 - A Diáspora Criminal: o alastramento transnacional do crime organizado e as medidas para conter sua expansão
Juan Carlos Garzón Vergara
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 10 - Smarter Policing: tracking the influence of new information technology in Rio de Janeiro
Graham Denyer Willis, Robert Muggah, Justin Kosslyn e Felipe Leusin
(Novembro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 9 - Is Tourism Haiti's Magic Bullet? An Empirical Treatment of Haiti's Tourism Potential
Athena R. Kolbe, Keely Brookes and Robert Muggah
(Junho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 8 - Violencia, Drogas y Armas ¿Otro Futuro Posible?
Ilona Szabó de Carvalho, Juan Carlos Garzón e Robert Muggah
(Julho 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 7 - A Promoção Da Paz No Contexto Pós-2015: o papel das potências emergentes
Robert Muggah, Ivan Campbell, Eduarda Hamann, Gustavo Diniz e Marina Motta
(Fevereiro 2013)

NOTA ESTRATÉGICA 6 - After the Storm: Haiti's coming food crisis
Athena Kolbe, Marie Puccio e Robert Muggah
(Dezembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 5 - Brazil's Experience in Unstable Settings

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite

(Novembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 4 - Cooperação Técnica Brasileira

Iara Costa Leite e Eduarda Passarelli Hamann

(Setembro 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 3 - A Experiência do Brasil em Contextos Instáveis

Eduarda Passarelli Hamann e Iara Costa Leite

(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 2 - The Economic Costs of Violent Crime in Urban Haiti (Aug 2011 - Jul 2012)

Athena R. Kolbe, Robert Muggah e Marie N. Puccio

(Agosto 2012)

NOTA ESTRATÉGICA 1 - Haiti's Urban Crime Wave? Results from Monthly Households Surveys (Aug 2011 - Feb 2012)

Athena R. Kolbe e Robert Muggah

(Março 2012)



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, dedicado às agendas da segurança, da justiça e do desenvolvimento. Seu objetivo é propor soluções inovadoras a desafios sociais complexos, por meio de pesquisas, novas tecnologias, influência em políticas públicas e articulação. O Instituto atualmente trabalha com cinco macrotemas: (i) política sobre drogas nacional e global; (ii) segurança cidadã; (iii) cidades seguras; (iv) consolidação da paz; e (v) segurança cibernética. O Instituto Igarapé tem sede no Rio de Janeiro, com representação em Bogotá, Cidade do México, Lisboa e outras partes do mundo.



Embaixada Britânica
Brasília

Canada



The Royal Norwegian
Ministry of Foreign Affairs

Instituto Igarapé

Rua Miranda Valverde, 64

Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000

Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

facebook.com/institutoigarape

twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br

Design and layout:

Raphael Durão - STORM.pt

ISSN 2359-0998



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Rua Miranda Valverde, 64
Botafogo, Rio de Janeiro – RJ – Brasil - 22281-000
Tel/Fax: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
facebook.com/institutoigarape
twitter.com/igarape_org

www.igarape.org.br